

**Memórias Quase Póstumas de um Ex-torturador: um homem torturado  
pelo ato de torturar**

**A Former Torturer Almost posthumous Memories: a man tortured by the  
act of torture**

Thaís Fernandes de Amorim<sup>1</sup>

UFRA

**Resumo:** A literatura de testemunho tem trazido muitas reflexões acerca do ato de narrar eventos traumáticos. Ela abrange produções literárias que surgiram a partir de memórias narradas por aqueles que viveram sob o domínio de regimes autoritários. Assim, essas narrativas partem ora de quem protagonizou um trauma, ou simplesmente presenciou um ciclo de atrocidades, tais como os da Alemanha nazista, período entre guerras, ditaduras militares, dentre outros. Neste sentido, este trabalho busca fazer um breve recorte acerca desses eventos, apontando à luz de Agamben (2008), Freud (2010), Seligmann-Silva (2008), Sarlo (2007), a questão da memória, do testemunho, das experiências traumáticas do personagem Pedro, investigador, torturador no período de duas ditaduras no Brasil (uma civil e uma militar) e vítima de suas próprias atrocidades ao longo da narrativa de João Bosco Maia “Memórias Quase Póstumas de um Ex-Torturador”. Esta investigação revela também, a luz de Iser (1996), o quanto a partir da expectativa leitora, o leitor de narrativas traumáticas pode (re)agir no ato da leitura, indignando-se, com os eventos narrados no texto. Confirma, na esteira do *Reader Response Theory* de que uma obra literária ocorre na relação mútua entre o leitor e o texto e que o significado da obra é construído por meio de uma relação entre o leitor e o texto, dentro de um contexto particular de leitura.

**Palavras chaves:** Literatura de testemunho; Memória; Trauma

**Abstract:** Testimonial literature has brought many reflections about the act of narrating traumatic events. It encompasses literary productions that emerged from memories narrated by those who lived under the rule of authoritarian regimes. Thus, these narratives either come from those who were the protagonists of a trauma, or simply witnessed a cycle of atrocities, such as those of Nazi Germany, the interwar period, military dictatorships, among others. In this sense, this work seeks to make a brief outline of these events, pointing out in the light of Agamben (2008), Freud (2010), Seligmann-Silva (2008), Sarlo (2007), the issue of memory, testimony, and the traumatic experiences of the character Pedro, an investigator, torturer during the period

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Doutora em Estudos Literários. Mestre em Comunicação, Cultura e Linguagem. Especialista em Gestão Escolar. Especialista em Educação Especial, ênfase em LIBRAS. Especialista em ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Teaching English as a Foreign Language Preparation. Language Studies Canada – LSC. Toronto, Ontário. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Literatura Infantojuvenil: um corpus linguístico literário-PROPED/UFRA. Integrante do grupo de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade (GELICS), no qual coordena a linha de Estudos Comparados: narrativas, tradução, leitura e recepção. Líder do Grupo de Pesquisa Literalizando – CNPq/UFRA. Integrante do grupo de Pesquisa Amazônia, Narratologia e Antropoceno (ANA) UFPA. Coordenadora Adjunta do Projeto de Extensão Semeando Textos – UFRA. Integrante do Projeto de Extensão Littera – Literaturas Germânica e Brasileira – UFPA/ CEG (Casa de Estudos Germânicos). Integrante do Projeto de Extensão Encantarias da Palavra – UFRA. Professora Formadora do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). E-mail: [thais.amorim@ufra.edu](mailto:thais.amorim@ufra.edu).

of two dictatorships in Brazil (one civil and one military) and victim of his own atrocities throughout João Bosco Maia's narrative “Almost Posthumous Memoirs of an Ex-Torturator”. This research also reveals, in the light of Iser (1996), how much, based on the reader's expectations, the reader of traumatic narratives can (re)act in the act of reading, becoming indignant with the events narrated in the text. It confirms, in the wake of Reader Response Theory, that a literary work occurs in the mutual relationship between the reader and the text and that the meaning of the work is constructed through a relationship between the reader and the text, within a particular reading context.

**Keywords:** Testimonial literature; Memory; Trauma

**Recebido em 20 de maio de 2024.**

**Aprovado em 19 de novembro de 2024.**

## **Introdução**

Ao ler o título da obra “*Memórias Quase Póstumas de um Ex-Torturador*” de João Bosco Maia (2006), imagina-se estar diante de mais uma obra marcada por experiências traumáticas, tais como as de Auschwitz, rememoradas pela discussão teórica acerca do testemunho, memória, apagamentos e esquecimentos teorizadas por Agamben (2008), Ambrósio (2010), Benjamin (1986), Freud (2010), Seligmann-Silva (2008) dentre outros. Contudo, ao lermos a obra, nos deparamos com a perspectiva traumática não daquele que sofre o trauma, mas de quem o causa, o algoz.

Experiências traumáticas não faltaram ao romance de Maia, mas certamente o lirismo e, por diversas vezes, o tom jocoso com que as situações são apresentadas (a figura de Deus e do Diabo, o falso exame de virgindade e inúmeras traições da mulher do protagonista, a implicância com o cachorro do vizinho, e com as plantas que a esposa insistia em regar, mesmo após uma dose cavalariça de veneno que o marido lhe aplicara com o intuito de matá-las; o efeito indesejado e “catastrófico” de quando comia carne de porco, a ponto de inclusive fazer com que sua mulher abortasse), nem de longe se aproximam dos feitos nazistas, salvo é claro, na presença do personagem Fritzs<sup>2</sup>, alemão nazista, infiltrado na polícia brasileira para colher informações de judeus e comunistas durante a ditadura militar e no trecho da narrativa onde o protagonista narra à tortura de

---

<sup>2</sup> “O torturador não tem pátria nem tempo. Serve a Deus e ao Diabo. À Inquisição e a Hitler” (Maia, 2006, p.128).

um jornalista, sua única vítima fatal, enquanto foi servidor do Departamento de Ordem Política e Social -DOPS<sup>3</sup>.

Agamben (2008) e Sarlo (2007) argumentam que o sobrevivente tem a vocação da memória e que certas “regras” podem ser quebradas durante a narrativa, para que o testemunho possa representar a verdade. Assim, este texto pretende desenvolver um diálogo inicial entre essas teorias que abrangem os ditos e os não-ditos da memória, em especial porque o narrador protagonista não foi vítima, pelo menos diretamente, da ditadura militar brasileira. Ele foi o torturador, mas na condição de perpetrador, foi também sequelado, e isso merece ser debatido.

Esta perspectiva de perceber que o torturador foi em algum tempo torturado, ocorre na relação mútua entre o leitor e o texto, na tecitura dos não ditos, completados pelo leitor no ato na leitura. Um efeito estético que emana da obra, mais ainda, uma estética que parte do autor da obra para o leitor. Para Iser (1996), uma relação estabelecida entre o fictício e imaginário, pois ambos existem como experiências cotidianas, quer quando se expressam na ilusão, na mentira que nos projetam para outro lugar, seja quando vivemos uma vida imaginária em sonhos, devaneios ou alucinações.

## 1 A Narrativa

O enredo começa com o narrador-personagem Pedro Álvares de Cabral, vulgo *Mata Mãe, Pedrão, Ruivo, Adamastor, Espiga de Milho, O Grande Torturador* — todos apelidos ganhos ao longo da sua vida e feitos — lamentando, ou melhor, resmungando seu diagnóstico de câncer no cérebro, quando recebe dois telegramas com as seguintes mensagens “AGUARDE-ME 2HS TARDE PTVG ACERTO CONTAS PT DEUS” (MAIA, 2006, p.21) e “AGUARDE-ME 2HS TARDE PTVG ACERTO CONTAS PT DIABO” (MAIA, 2006, p.33).

De início, pensou ser “*Uma brincadeira idiota*”, mas ao passar exatas duas horas, recebe a visita do Diabo e em seguida a de Deus. Conversam sobre os feitos de Pedro e entre um gole e outro de uísque decidem por acompanhar o protagonista ao

---

<sup>3</sup> Criado em 30 de dezembro de 1924, foi o órgão do governo brasileiro, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar de 1964, cujo objetivo era censurar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

banco. É nesse trajeto que rememoram o passado de Pedro, dentre eles o suicídio de Emilia Maria, revelado já no final do romance, confirmando que todas as referências que ele fazia à esposa ao regar suas plantas, suas idas à igreja com seu lenço de seda que não lhe podia faltar ao pescoço eram fruto de um passado registrado em sua memória. Registrado, marcado, tais como àquelas que o lenço deixou no pescoço de Emilia Maria por ocasião do suicídio.

É válido mencionar que essa relação entre testemunho e memória se revela, à luz de Agambem (2008), na importância concedida ao passado. O testemunho é, portanto, analisado como parte de uma complexa “política da memória”, em que o que é registrado, apagado, esquecido, rememorado, depende de diversos fatores psicossociais e discursivos deveras imbricados.

A narrativa não é um texto prazeroso, mas sua produção estética exprime as mais variadas manifestações de crueldade de que um ser (humano) é capaz de realizar. Do texto emergem efeitos da carência materna, paterna e dos vínculos afetivos capazes de humanizar. As memórias ora ásperas, duras, ora emocionadas do protagonista Pedro, provocam e embaraçam o leitor.

## **2. Literatura de Testemunho**

A chamada literatura de testemunho, surgida na América Latina e difundida em várias partes do mundo, abrange produções literárias que surgiram a partir de memórias narradas por aqueles que viveram sob o domínio de regimes autoritários, como é o caso dos que passaram pela experiência violenta dos campos de concentração, no regime nazista na Europa. Tais relatos transitam entre a necessidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer os fatos ocorridos, tentando narrar com palavras o que a memória se recusa a esquecer.

Alós (2008) argumenta que a literatura de testemunho possui caráter documental e ficcional. Documental porque busca refletir e registrar os acontecimentos ao longo da história e ficcional porque tais acontecimentos estão sempre presentes na reconstrução e representação dos fatos históricos. Questionar essa fronteira entre a ficção, o fato

empírico e o literário parece ser uma das questões mais discutidas na literatura. Refletiremos assim, sobre o ficcional-literário a partir de Iser (1996).

Iser (1996, p.15) corrobora a ideia de que o ficcional e o imaginário fazem parte das “disposições antropológicas da humanidade” e, por isso, estão presentes também na vida real, não se restringindo apenas à literatura. Segundo ele, é neste sentido que elas atingem um caráter especulativo sobre a existência, ao colocar em questionamento a zona que separa a realidade da irrealidade, confrontando as frágeis certezas de uma narrativa ficcional e/ou factual.

Quando a realidade repetida no fingir se transforma em signo, ocorre forçosamente uma transgressão de sua determinação correspondente. O ato de fingir é, portanto, uma transgressão de limites. Nisso se expressa a sua aliança com o imaginário. Contudo, o imaginário é por nós experimentado antes de modo difuso, informe, fluido e sem um objeto de referência [...] Por isso, o fingir tampouco é idêntico ao imaginário. Como o fingir se relaciona com o estabelecimento de um objetivo, devem ser mantidas representações de fins, que então constituem a condição para que o imaginário seja transladado a uma determinada configuração, que se diferencia dos fantasmas, projeções, sonhos e ideações sem um fim, pelas quais o imaginário penetra diretamente em nossa experiência (ISER, 1996, p. 386).

Na esteira do fictício e do imaginário, vemos o texto literário ancorado na existência humana, pois lançamos mão da imaginação para o compreendermos e, por meio dela, chegamos às muitas imagens que povoam o ato de leitura. Nos termos de Iser (1996, p.66), a leitura nos permite cruzar o outro lado do real, inclusive, retomando uma fala de Henry James diz que: “[...] ler obra de ficção sempre significava viver outra vida [...] como leitores, estamos assim enredados no texto, sendo simultaneamente capazes de observar a nós mesmos nesse enredamento”.

Toda a aspereza e amargor na fala no protagonista, mistura-se com o lirismo com o qual ele revela, por exemplo, as violências sofridas pelo pai:

[...] naquela época então descobri que o som mágico do relógio me imunizava ao tormento. Eis a razão pela qual eu só me entregava para apanhar, depois que descia da árvore na frente da casa [...] É certo que de vez em quando a mente se perdia no cálculo e o som salvador chegava muito tempo depois das lambadas terem acontecido; contudo a viagem não era perdida e a dor passava num instante”. (MAIA, 2006, p. 23)

Iser (1996) nos orienta também, que o fictício e imaginário enquanto disposições antropológicas, não se confinam à literatura, desempenham um papel na vida cotidiana do leitor:

Não deveria surpreender que as ficções literárias tenham sido tantas vezes estigmatizadas como mentiras, já que falam do que não existe como se existisse. O fictício é caracterizado desse modo por uma travessia de fronteiras entre os dois mundos que sempre inclui, o mundo que foi ultrapassado e o mundo-alvo a que se visa[...] As fronteiras atravessadas são intratextuais, variando de significados lexicais a fronteiras transgredidas pelos protagonistas das narrativas (ISER, 1996, p.67-68)

Assim, nos perguntamos se as “realidades” repetidas várias vezes por Pedro pertencem à realidade de uma mente doente — o câncer no cérebro, ou perturbada, abalada, primeiramente pela morte da mãe, opressão paterna, pelas cobranças do regime autoritário militar, suicídio da esposa, ou do imaginário de mulher amada presente na filha bem encaminhada que ele finge ter ao longo da narrativa. Seria este imaginário advindo da perda traumática sofrida? Nos termos de Seligmann-Silva (2010):

Se o “real” pode ser pensado como um “desencontro” (algo que nos escapa como o sobrevivente, o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem e, sobretudo, a linguagem da poesia e da literatura, busca este encontro impossível. Vendo o testemunho como o vértice entre a história e a memória, entre os “fatos” e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, esta necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.4).

Neste sentido, o “real” acontecido, nos faz lembrar de duas categorias relevantes para compreendermos o valor testemunhal da narrativa: a memória e o esquecimento, ambas invocadas pelo narrador, que ganham um papel de destaque na literatura, em especial na literatura de testemunho, como atesta Seligmann-Silva (2005),

[...] Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testemunhal*” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação

metonímica  
entre o “real” e a escritura (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

O cuidado em não restringir o termo deve-se ao importante papel que possui a literatura de testemunho, que é o de: “[...] denunciar uma experiência de opressão e/ou exclusão, assim como o de desvelar e desautorizar a história oficial como sendo ‘A Verdade’ (transcendental e única), abrindo caminho para outras vozes e outras versões de determinados fatos sociais” (ALÓS, 2008, p. 2).

Falar sobre um episódio da proporção de Auschwitz, ou das atrocidades vividas nas ditaduras militares, por exemplo, é ter a certeza de que algo sempre ficará silenciado, não explicado, oculto, pois o sobrevivente não tem todas as palavras necessárias para narrar com exatidão e clareza os acontecimentos. E ainda que faltem as palavras, e mesmo sabendo que não conseguirá realizar um relato completo, sempre haverá alguém disposto a tentar falar.

A esse respeito, Sigmund Freud (2010) esclarece que a memória não pode ser apagada e esquecida para sempre. Ele afirma que as memórias ficam conservadas para sempre no cérebro, no chamado passado psíquico, e podem ser trazidas à tona em algum momento da vida. “[...] na vida psíquica nada do que uma vez se formou pode perecer, [...] tudo permanece conservado de alguma forma e pode ser trazido novamente à luz, sob condições apropriadas – por exemplo, por meio de uma regressão de suficiente alcance” (FREUD, 2010, p. 50).

Freud explica que as lembranças ficam armazenadas no inconsciente do indivíduo. Muitas vezes, por exemplo, a pessoa poderia passar a vida inteira sem recordar um fato vivenciado na infância, mas a lembrança desse fato está abrigada no cérebro e poderá ser rememorada, em condições apropriadas (regressões e análises, por exemplo).

Assim, quem vivencia uma experiência traumática pode até tentar, e esforça-se para esquecer as lembranças da época, mas é impedido, segundo ele, pela impossibilidade psíquica de esquecer essas lembranças. E na impossibilidade de esquecer a violência, em muitos sobreviventes, parece nascer o impedimento de narrar.

No caso da obra de João Bosco Maia, ele se vale de elementos ficcionais para representar a realidade de forma mais intensa, mais “verdadeira”. Uma narrativa, nutrida

com a experiência, mas ultrapassando-a, capaz de nela inserir o imaginário, a ficção. Uma ficção que seria tão esclarecedora quanto à verdade. A verdade de o protagonista ter sido um torturador do regime militar brasileiro, mas também de ter vivido experiências traumáticas, tais como a morte de sua esposa, de sua filha, Elizabete, de D. Ramira e do português Henrique — seus “pais adotivos” — ambos mortos de maneira trágica e inesperada; mas tratadas, recebidas e compreendidas de forma diferente por ele. A morte da mulher não foi reconhecida por ele, tanto que se refere à esposa a todo tempo na narrativa como se viva estivesse.

A filha, cuja paternidade era desconhecida, é lembrada ao final narrativa:

Até hoje não sei se o verdadeiro pai dela foi a cavalaria, os operários da construção civil, os moleques do internato ou do seminário, os velhinhos do asilo, os jogadores de futebol, os feirantes do subúrbio ou os meus amigos de repartição. Só tenho certeza de uma coisa. Não foram as noviças do convento, porque de uma forma ou de outra elas estão a serviço do extermínio da espécie (MAIA, 2006, p.151).  
 [...] a vagabunda, olhos e cabelos de ébano vieram herdados da avó e da mãe [...] ninguém podia mais segurar. Nem porrada. Nem fechar a porta e a janela da casa. [...] Só quem lhe extinguiu o espetáculo pirotécnico da boceta, como não fez com a avó, mas fez com a mãe, foi o fato de ganhar um filho bem no início da adolescência. A gravidez precoce refreou-lhe [...] Ah, ledó engano, meu caríssimo dono do inferno [...] era mais uma rachada que chegava para dar continuidade ao curso libidinoso da mãe, da avó e da bisavó morta. A minha neta, que à semelhança do útero que a gerou ninguém sabia a procedência masculina, foi amparada como se fosse sua por um jovem embaixador. Aos quinze anos, com o meu consentimento lavrado em cartório, eles consumaram a união e os dois caíram no mundo; ela mantendo eventualmente a índole safada de sua ascendência; ele representando o nosso país e a confraria dos cornos, de onde eu também era membro honorário (MAIA, 2006, p.152-153).

Assim, nos perguntamos em que medida Pedro fora punido. Perdeu pessoas próximas de maneira trágica, parece ter sido traído durante todo o casamento e fazia pouco caso disso. Sofreu abusos e maus tratos na infância e aparentava ser indiferente. Será este comportamento consequência da sua função de torturador ou de torturado pelo pai durante a infância? Essas imagens ecoam na mente do leitor, à medida que exposto à trama da narrativa, dialoga com os elementos sócio-históricos externos, mas ao mesmo

tempo tão presentes na trama — a ditadura militar, dores causadas, vividas, sentenciadas e silenciadas.

Seligmann-Silva (2003, p.380) alerta, contudo que “[...] a imaginação não deve ser confundida com a ‘imagem’: o que conta é a capacidade de criar imagens, comparações e, sobretudo de evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado”. Dessa forma, o trauma encontra um meio para narrar na imaginação, e a literatura é chamada para executar esse serviço. Sendo assim, o testemunho narra o trauma, de forma ficcional, por meio da literatura.

toda imagem tem também restos não verbalizáveis. As imagens são ao mesmo tempo verbais e mudas. Assim como existem ausências de palavras diante de certas imagens, existem também cenas que deixaram imagens — embaçadas, traumáticas — apenas na mente de certas pessoas. A ausência de imagens das torturas é parte do buraco negro da memória da violência da ditadura. A violência dos atos brutais do terrorismo de Estado acontecia ao mesmo tempo que a tentativa de se apagarem os seus rastros (SELIGMANN-SILVA, 2014, p.2).

A esse respeito, Agamben (2008, p. 150) explica que o testemunho é definido em latim por meio de três termos e que estes trazem consigo sentidos distintos:

[...] (i) *testis*, que "indica a testemunha enquanto intervém como terceiro na disputa entre dois sujeitos"; (ii) *superstes*, que "é quem viveu até o fundo uma experiência, sobreviveu à mesma e pode, portanto, referi-la aos outros"; (iii) *auctor*, que "indica a testemunha enquanto o seu testemunho pressupõe sempre algo — fato, coisa ou palavra — que lhe preexiste, e cuja realidade e força devem ser convalidadas ou certificadas”.

Assim, nota-se que todos os sentidos explorados por Agamben apresentam a noção de testemunho como associado à memória em algum grau. Se *testis* e *superstes* apelam para algo da ordem da experiência, evidencia-se que em cada um deles o modo como a memória será atualizada revela-se marcada por algumas diferenças. Além disso, há uma forma de expressão do tempo, entre a experiência vivida e o momento de sua atualização sob a forma de testemunho. Dessa atualização, portanto, algo poderá não ser recuperado.

Neste sentido, podemos começar a entender essa impossibilidade a partir da correlação entre testemunho e evento, feita por Seligmann-Silva (2000, p.90), em que

para ele uma das características principais do testemunho é de "fuga para frente", mas também "libertação da cena traumática", o que de certa maneira nos aproxima ao entendimento do que seria “performance”

todo testemunho oscila entre a possibilidade de representar um evento (testemunho como *testis*) e o colapso dessa representação (testemunho como *superstes*, sobrevivente). A partir dessa duplicidade aporética e sem solução o testemunho se transforma em *performance*: em ato mimético cujo momento catártico está sempre a ponto de sucumbir. O testemunho é um umbral para a “libertação” do momento invisível que ele porta, mas essa passagem é enfeitada. Nada garante que a rememoração testemunhal nos liberte do trauma (SELIGMANN-SILVA, 2014, p.4).

Tal colocação vem ao encontro da inquietação deste artigo, à medida que o nosso protagonista ao longo de toda a narrativa dá indícios, testemunha, atesta, revela as ações de suas esposa e filha, e ao final testificamos que não eram reais, melhor dizendo, atuais, uma vez que as personagens já eram mortas. Pedro parece, em um primeiro momento, não saber da morte, pois, quando vê a lápide da mulher no cemitério, cai em prantos, mas, ao voltar para a casa, deita-se como se nada tivesse acontecido:

Pela última vez olhei para o cachorro e desviei depois minha atenção para a chave e o cadeado do portão. Foi quando levei um susto logo que entrei. Todas as plantas e as flores de Emilia Maria haviam sumido dali como um passe de mágica [...] Olhei por um instante para o outro lado da mesa onde Emilia Maria deveria ter tomado a sua sopa nas primeiras horas da noite. Era meio estranho o prato sujo não estar ali, esperando que a diarista o viesse lavar no dia seguinte. [...] Tonto, segurando-me pelas paredes, entrei no meu quarto, sem ligar para as batidas insistentes e pelo chamado de meu nome que alguém fazia lá na porta dos fundos. Por um instante, julguei ser a voz de Emilia Maria, voltando antes de a missa ter começado. Mas não era. Era na verdade a voz do Diabo, pedindo-me insistentemente para entrar. [...] deitei-me na posição fetal, do lado oposto do espelho da cama onde estava o meu epitáfio cravado na lápide de mármore. Comecei a cantarolar a música sem letra que meu pai resmungava quando eu era criança. Lá na outra ponta do meu corpo, os pés se movimentavam morosamente acompanhando o ritmo da melodia. Nesse instante, à semelhança do que ocorria lá nos fundos, escutei as batidas e a voz de Deus na porta da frente. Mas não dei ouvido também a ele. Permaneci

na mesma posição, resmungando a canção, enquanto a vista ia escurecendo e o relógio lá na sala começava a dar as suas doze badaladas... (MAIA, 2006, p.164-166).

É com essa passagem que a narrativa encerra. A despedida ao cachorro, a constatação de que as plantas da falecida esposa tinham desaparecido (posto que já não existissem há anos), a imagem de Deus e do diabo batendo na porta como se o chamando, a rememoração de sua infância, a posição fetal na qual deitava e a vista escurecendo no badalar da meia-noite parecem atestar a morte do protagonista.

A respeito da morte, da vida e do poder sobre ambas que as figuras de Deus e diabo representam, retomo, ainda que brevemente, a proposição de Foucault (1979) em relação ao poder definido como direito de vida e de morte. Tal direito, assimétrico, posto que se o “poder” ficar ao lado da vida, abstém-se do direito de matar e vice-versa. Por esse motivo, Foucault caracteriza a soberania com a fórmula *fazer morrer e deixar viver*. O que ele chama de *Biopoder* à medida que tal controle ocupara um lugar importante nos mecanismos do Estado. “Fazer viver” os homens mesmo quando estão mortos, dá-se pela problemática de analisar os grandes Estados autoritários. “Como é possível que um poder cujo objetivo é essencialmente o de fazer viver exerça por sua vez um incondicionado poder de morte” (AGAMBEN, 2008, p.45)

Assim, na obra de Maia (2006) vemos Deus e o diabo, dotados do “poder de morte” a que Agamben (2008) se refere, ao menos no imaginário religioso e cultura cristã, fazerem com que Pedro vivesse, mesmo em estágio terminal de câncer, ou com um propósito de fazê-lo sofrer por todo o mal que causou, ou desse um tempo para que ele se arrependesse e reparasse os danos cometidos.

O testemunho apresenta-se então como um processo que envolve pelo menos dois sujeitos: “o primeiro é o sobrevivente, que pode falar, mas que não tem nada de interessante a dizer; e o segundo é quem 'viu a Górgona', quem 'tocou o fundo' e tem, por isso, muito a dizer, mas não pode falar” (AGAMBEN, 2008, p. 124).

Esse movimento de “falar em nome de” que o testemunho estabelece e opera, ao mesmo tempo, uma equivocação sobre quem seria o sujeito do testemunho. Desse modo, o testemunho dado remeteria, grosso modo, a outro sujeito que não aquele que seria o seu enunciador. O que remete ao que Agamben trata de “dessubjetivação”.

[...] não existe titular do testemunho; (...) falar, dar testemunho significa entrar em um movimento vertiginoso, em que algo vai a pique, se dessubjetiva integralmente e emudece, e algo se subjetiviza e fala, sem ter - propriamente - nada a dizer ('falo de coisas [...] que eu mesmo não experimentei'). Algo no qual quem é sem palavra leva o falante a falar, e quem fala carrega em sua própria palavra a impossibilidade de falar, de modo que o mudo e o falante, o não-homem e o homem ingressam - no testemunho - em uma zona de indistinção na qual é impossível estabelecer a posição de sujeito, identificar a 'substância sonhada' do eu e, com ela, a verdadeira testemunha (AGAMBEN, 2008, p. 124).

Deparamo-nos assim, com o mesmo tipo de questão que é colocado na psicanálise lacaniana pelos temas ou do trauma, ou da relação entre o simbólico e o real. Nos dois campos, persistem as interrogações sobre o sujeito da ação e sobre o que é pronunciado por ele. Deve ser acrescentado que justamente o que não pode ser dito reveste-se de importância capital para analisarmos o que é transmitido no testemunho.

O poder do escritor está nesse despojamento entre a liberdade e o rigor das palavras, aconchego da criação literária. O leitor não teme a rejeição, aliás, ele nem pode pensar nisso. E, na medida em que vamos nos aventurando, já estamos implicados o suficiente para ocupar o lugar que nos foi destinado: companheiros desta viagem factual, ficcional-imaginária.

### **Considerações Finais**

O texto de João Bosco Maia cumpre seu papel de literário, à medida que coloca ao leitor uma questão que lida com diversos desdobramentos teóricos. Um mesmo evento traumático vivido e sofrido por diferentes sujeitos da história em graus e perspectivas distintas.

A narrativa rememora eventos de um dado momento da história, a ditadura militar brasileira, vividos e sofridos por um personagem ficcional que parece ao leitor tão real. Tão real que este leitor reage aos acontecimentos narrados. Indigna-se, revolta-se, com aquilo que não viveu (se considerarmos que nasceu depois da ditadura militar, mas ouviu falar do período em suas aulas de história na escola), ou ainda acompanha os

eventos descritos da narrativa, e toma juízo de valor, na esteira do ficcional-imaginário de Iser (1996).

Quantos concluem apressadamente que o protagonista Pedro, é de fato, doente mental, pois só alguém fora de faculdades mentais sadias, falaria daquela forma de sua própria filha, ou de sua esposa como se viva estivesse. O quão perturbadora pode ser a mente de alguém que tortura, causa a dor em outro e não pode reagir? Ou ainda, não reage com o torturado, mas em casa, com seus familiares?

É claro que este texto não objetivou responder todas estas questões, pois como foi dito anteriormente, far-se-ia necessário uma análise mais acurada, posto que lida com muitos atravessamentos teóricos. Cabe a este recorte, percebermos que os “ditos” da memória do protagonista Pedro revelam que ele foi tão vítima quanto aqueles que ele torturou. Melhor dizendo, que o texto literário revela ao leitor, dá indícios que há traumas na mente do torturador. Não há como mensurar o nível de trauma entre aquele que foi vítima do torturador Pedro, ou dele mesmo, vítima também de seu próprio ato de torturar.

Não quisemos equiparar a dor do torturador ao do torturado, pois não podemos fazê-lo. Ficção nenhuma pode apagar os horrores e atrocidades que a história já revelou dos regimes militares autoritários e/ou nazistas. O que objetivamos foi mostrar que no âmbito da leitura literária ficcional é permitido ao leitor desvelar outros acontecidos, tais como a vida sequelada de um torturador.

Ao ler a narrativa ficcional de Bosco, voltamos a um período que não vivemos, ouvimos falar. Imagens guardadas em nossa mente, que nos emocionam. Na posição de pais, sentimos o coração apertar, porque não conseguimos se quer imaginar nossos filhos em igual condição. Uma interação consciente do leitor, um jogo em busca de sentidos construídos no ato da leitura. Detalhes revelados e compartilhados com cumplicidade somente com o leitor do texto.

Experiências movidas, memórias que vem à tona para compreender o que está sendo lido. Como um ato performativo, o leitor está de tal modo envolvido na encenação do texto, que este é visto como um jogo, um acontecimento. Nos termos de Iser (1996, p.78), tal encenação “pode ser considerada uma condição transcendental que

permite perceber algo de intangível, propiciando ao mesmo tempo a experiência de alguma coisa que não se pode conhecer. Talvez por essa razão exista a literatura”.

Quase toda estrutura discernível entre textos ficcionais mostra esse aspecto duplo: é ela estrutura verbal e estrutura afetiva ao mesmo tempo. O aspecto verbal dirige a reação e impede sua arbitrariedade; o aspecto afetivo é o cumprimento do que é preestruturado verbalmente pelo texto (ISER, 1996, p.56)

O leitor, ao interagir com o texto, cria esse "texto virtual", ou seja, ele transforma o texto em uma experiência pessoal e subjetiva, ao mesmo tempo em que segue as pistas fornecidas pelo próprio texto. Entre as dores dos torturados, está a dor do torturador que a literatura não objetiva mensurar, mas que na relação leitor-texto deseja provocar.

Assim, neste arenoso terreno que é o da recepção de uma obra que traz à tona questões tão sensíveis à humanidade, repousa as fragilidades de um torturador. Entre as dores reais dos torturados que a história revelou, está a dor da ficção, metáforas da vida cotidiana.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ALÓS, Anselmo Peres. **Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testemunho**. *Revista Espéculo*. Ano XII, número 37, novembro de 2007 a fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero37/nartesti.html>> Acesso em 08.01.17.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Coleção L&PM Pocket) .

ISER, Wolfgang. **O Fictício e o Imaginário**. Perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da Literatura em suas fontes**. V. II. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MAIA, João Bosco. **Memórias Quase Póstumas de Um Ex-Torturador**. Belém: IAP, 2006.

SARLO Beatriz. **Cultura da memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Zeugnis e Testemonio**: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. Revista Letras. Nº 22. Jun/Jan 2001. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r22/\\_11\\_marcio\\_silva.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r22/_11_marcio_silva.pdf). Acesso em 20/08/2009.

\_\_\_\_\_. (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Revista Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, Vol. 20, Nº 01, p. 65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. **Imagens precárias**: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 13-34, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. O Local do Testemunho In. Tempo e Argumento. **Revista do Programa de Pós Graduação em História**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. 2010.